

GESTÃO EM FARMÁCIA CLÍNICA E HOSPITALAR

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Gestão em Farmácia Clínica propiciar aos profissionais farmacêuticos um maior reconhecimento de que ele é o profissional de saúde com o melhor perfil para a condução de todas as ações destinadas à melhoria do acesso e promoção do uso racional dos medicamentos. Modificando as condutas, incorporando na prática profissional um modelo que propicie ao farmacêutico assumir a responsabilidade com a farmacoterapia a atuar como promotor do uso racional de medicamentos. É preciso agregar valor às ações e aos serviços de saúde, por meio do desenvolvimento da Gestão Farmacêutica.

OBJETIVO

Proporcionar a manipulação segura de medicamentos em ambientes clínico-hospitalares ou farmácias, garantindo assistência a farmacêuticos, enfermeiros e médicos da unidade de saúde.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA?
A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

APRESENTAÇÃO

Conceito; Histórico; Gestão da Assistência Farmacêutica; Ciclo da Assistência Farmacêutica. Seleção, programação, aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos. Seleção e aquisição de equipamentos.

OBJETIVO GERAL

- Analisar e discutir os conceitos e métodos da gestão de assistência farmacêutica.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Compreender os conceitos e funções da gestão farmacêutica;
- Identificar os mecanismos de financiamento da assistência farmacêutica;
- Analisar as principais legislações do sus, sanitárias e referentes à assistência farmacêutica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA EVOLUÇÃO E CONCEITOS ATENÇÃO FARMACÊUTICA
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO BRASIL HISTÓRICO E PERSPECTIVAS
MECANISMOS DE FINANCIAMENTO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NOS DEMAIS PROGRAMAS E COMPONENTES
IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS (RENAME)
CENÁRIO ATUAL DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO BRASIL PROCESSO DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA CICLO DO MEDICAMENTO DESENVOLVIMENTO DO FÁRMACO REGISTRO DOS MEDICAMENTOS PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS PROGRAMAÇÃO DE MEDICAMENTOS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS DISPENSAÇÃO E PRESCRIÇÃO O NOVO PERFIL DO FARMACÊUTICO E O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES DO SUS, SANITÁRIAS E REFERENTES À ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

REFERÊNCIA BÁSICA

CARLOS ICC. O sistema integral de assistência farmacêutica no Ceará. In: BONFIN JRA, MERCUCCI VL. A construção da política de medicamentos. São Paulo: Hucitec e Sobravime; 1997. p. 107. CASSIANI SHB, UETA J. A segurança do paciente na utilização de medicamentos. São Paulo: Artes Médicas; 2004. 150 p. CHAUD MV, GREMIÃO MPD, FREITAS O. Reflexão sobre o ensino farmacêutico. Rev Ciênc Farm 2004; 25 (1): 65-8.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

COSENDEY, MAE e colaboradores. Assistência farmacêutica na atenção básica de saúde: a experiência de três estados brasileiros. Cad Saúde Pública 2000; 16 (1):171-82. FREITAS, O; CHAUD, MV; UETA, J; SHUHAMA, IK. O farmacêutico e a farmácia: Uma análise retrospectiva e prospectiva. Rev. Pharm. Bras., v.30, n. p.85-87, 2002. GOMES, CAP; DA FONSECA, AL; ROSA, MB; MACHADO, MC; FASSY, MDF; SILVA, RMDC, et al. A assistência farmacêutica na atenção à saúde. Edição revisada e ampliada. 2a ed. Belo Horizonte: Fundação Ezequiel Neves; 2010. GONÇALVES, RBM. Tecnologia e organização social das práticas de saúde. São Paulo: Hucitec Abrasco, 1994. 126p.

PERIÓDICOS

CHAUD, M.V.; GREMIÃO, M.P.D.; FREITAS, O. Reflexão sobre o ensino farmacêutico. Rev. Ciênc. Farm., v.25, n. 1, p.65-68, 2004.

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e

Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PESQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Seymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

Elementos de ética. Elementos de direito. Normas legais que regem a profissão. Código de ética. Legislação sanitária.

OBJETIVO GERAL

- Compreender os principais aspectos que formam a ética e legislação farmacêutica.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar os aspectos históricos da legislação farmacêutica;
- Identificar os direitos e deveres dos profissionais farmacêuticos;
- Analisar criticamente o controle legal e exercício da farmácia no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O HOMEM EM SOCIEDADE ASPECTOS HISTÓRICOS DA LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA CRIAÇÃO DOS CONSELHOS FEDERAL E REGIONAIS DE FARMÁCIA COMENTÁRIOS A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA FARMACÊUTICO: COMPROMISSO COM A SAÚDE OU COM O COMÉRCIO? CONCEITOS ÉTICOS E CUMPRIMENTO DA LEI DIREITOS E DEVERES DOS PROFISSIONAIS FARMACÊUTICOS CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO FARMACÊUTICA O CONTROLE LEGAL NO EXERCÍCIO DA FARMÁCIA NO BRASIL LEI Nº 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973 LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL

REFERÊNCIA BÁSICA

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. A organização jurídica da profissão farmacêutica. 3. ed. Brasília, 1979. CIOPOLLE, R. J.; STRAND, L. M.; MORLEY, P. C. O exercício do cuidado farmacêutico. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2006. 378 p. OPAS. O papel do farmacêutico no sistema de atenção à saúde. Brasília: Organização Mundial de Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/Conselho Federal de Farmácia, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Formulário nacional da farmacopeia brasileira. 2ºEdição, Brasília: Anvisa,2012. CARLINI, E. Lugar de farmacêutico é na farmácia. Pharmacia Brasileira. Brasília, ed. esp., p.7, 1996. MARCONDES, D. Textos básicos de ética: de Platão a Foucault. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. PERETTA, M.D.CICCIA,G.N. Reengenharia Farmacêutica,Brasilia,ETHOSFARMA,2000. VÀSQUEZ, A. S. Ética. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. ZUBIOLI, Arnaldo. Profissao: farmaceutico: e agora? Curitiba: Lovise, 1992. 165p.

PERIÓDICOS

PEPE, V. L. E.; CASTRO, C. G. S. O. A interação entre prescritores, dispensadores e pacientes: informação compartilhada como possível benefício terapêutico. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16(3):815-822, jul-set, 2000.

440

Farmácia Popular

60

APRESENTAÇÃO

O que é uma Farmácia básica, os requisitos para adquirir financiamento para implantar, os medicamentos disponíveis, CTF. Gestão da Farmácia Básica e Popular. Legislação.

OBJETIVO GERAL

- Compreender as percepções sobre o sistema único de saúde e de assistência farmacêutica do SUS.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Reconhecer a importância da ampliação o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais;
- Estudar a PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09 • Conhecer a legislação de referente ao programa de farmácia popular no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS O PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL NO CONTEXTO GERAL LEGISLAÇÃO PORTARIA GM Nº 749, DE 15/04/09

REFERÊNCIA BÁSICA

Associação Paulista de Medicina. SUS: O que você precisa saber sobre o Sistema Único de Saúde. São Paulo: Atheneu, 2002. BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Programa Farmácia Popular do Brasil: manual básico / Ministério da Saúde, Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. FERREIRA, A.O. Guia Prático de Farmácia Magistral. 2.ed., São Paulo: Pharmabooks, 2002. WEICHERT, Marlon Alberto. Saúde e Federação na Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BARRETO, J.L. Análise da gestão descentralizada da assistência farmacêutica: um estudo em municípios baianos. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2007. BARROS, J.A.C. Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses de saúde? Brasília: Unesco, 2004. PERINI, E. Assistência farmacêutica: fundamentos teóricos e conceituais. In: ACÚRCIO, F.A. (Org.). Medicamentos e assistência farmacêutica. Belo Horizonte: COOPMED, 2003. PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. PONTES, A.L.M. et al. Ensino da saúde e a rede de cuidados nas experiências de ensino-aprendizagem. In: PINHEIRO, R.; CECCIM, R.B.; MATTOS, R.A. (Orgs.). Ensinar saúde: a integralidade nos cursos de graduação na área da saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, Cepesq, Abrasco, 2005. p.251-74. MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. 28. ed. 2. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

PERIÓDICOS

VIEIRA, F.S. Qualificação dos serviços farmacêuticos no Brasil: aspectos inconclusos da agenda do Sistema Único de Saúde. Rev. Panam. Saúde Pública, v.24, n.2, p.91-100, 2008.

76

Metodologia do Ensino Superior

30

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;

- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLÍCITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.^a: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4^a. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9^a. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

APRESENTAÇÃO

Comunicação e interação profissional. Anamnese farmacêutica. Perfil farmacoterapêutico. Dispensação de medicamentos. Aconselhamento farmacêutico. Planejamento, gestão e avaliação de serviços de saúde.

OBJETIVO GERAL

- Compreender os aspectos formadores da gestão e qualidade de serviços farmacêuticos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar o panorama dos serviços farmacêuticos;
- Identificar os métodos para gestão e avaliação farmacêutica;
- Compreender as principais políticas farmacêuticas e analisar a organização dos serviços em relação a população.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PANORAMA DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA E SERVIÇOS FARMACÊUTICOS UNIÃO EUROPÉIA SUÉCIA HOLANDA REINO UNIDO ALEMANHA IRLANDA ESPANHA PORTUGAL FRANÇA ITÁLIA SUÍÇA AUSTRÁLIA ESTADOS UNIDOS CANADÁ PERU BRASIL ATENÇÃO FARMACÊUTICA ORIENTAÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA OS SERVIÇOS FARMACÊUTICOS REGULAMENTADOS PELA RDC Nº 44/2009 DA ANVISA POLÍTICAS FARMACÊUTICAS POLÍTICA NACIONAL DE MEDICAMENTOS (PNM) POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA (PNAF) ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA RESPONSABILIDADES DAS ESFERAS DE GOVERNO NO ÂMBITO DO SUS. CICLO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA SELEÇÃO DE MEDICAMENTOS PROGRAMAÇÃO DE MEDICAMENTOS AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS SEGUIMENTO FARMACÊUTICO – MÉTODO DÁDER ORGANIZAÇÃO DO SETOR SAÚDE ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO SISTEMA DE SAÚDE CONDUÇÃO, REGULAÇÃO E PROVISÃO DE SERVIÇOS ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE REGULAÇÃO SANITÁRIA SERVIÇOS DE SAÚDE E RECURSOS ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENÇÃO À POPULAÇÃO PROMOÇÃO DA SAÚDE PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS REFORMA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE NO BRASIL: MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE CIVIL A REFORMA NO SETOR SAÚDE BRASILEIRO O SISTEMA DE SAÚDE ATUAL O SUBSISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE DESCENTRALIZAÇÃO E GESTÃO PARTICIPATIVA O SUBSISTEMA PRIVADO DE SAÚDE COMPONENTES DO SISTEMA DE SAÚDE ORGANIZAÇÃO E OFERTA DE SERVIÇOS DE SAÚDE ATENÇÃO BÁSICA ATENÇÃO SECUNDÁRIA ATENÇÃO TERCIÁRIA E HOSPITALAR ACESSO E USO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE QUALIDADE NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 338. Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Poder Executivo, Brasília, 20 de maio de 2004. BRASIL. Ministério da Saúde. Organização Pan- Americana da Saúde – OPAS/ Organização Mundial da Saúde – OMS. Avaliação da Assistência Farmacêutica no Brasil: estrutura, processo e resultados. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. SCARPI, M. J. Gestão de Clínicas Médicas. São Paulo: Futura, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

Conselho Regional de Farmácia de São Paulo, Farmácia Estabelecimento de Saúde: Serviços Farmacêuticos, fascículo III, CRF-SP 2010-2011. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Departamento de Medicamentos Essenciais e Outros Medicamentos. A importância da Farmacovigilância –Brasília: 2005. OPAS. O papel do farmacêutico no sistema de atenção à saúde. Brasília: Organização Mundial de Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/Conselho Federal de Farmácia, 2004. OPAS, Série Técnica do Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde / Organização Pan-Americana da Saúde. — Brasília. 2003. PAIM, Jaimilson. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. The Lancet. London, p.11-31, maio. 2011.

PERIÓDICOS

LEMOS JÚNIOR, L.C. & PINTO, S.S. A importância da gestão de custos e da tomada de decisões no desempenho de instituições metodistas de educação. Revista de Educação do Cogeme, vol. 11, n. 21, p. 73-81, dez. 2002.

77

Metodologia do Trabalho Científico

60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRIPTIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

APRESENTAÇÃO

Políticas de saúde: origens, processo de elaboração, implementação e gestão do Programa Saúde da Família.

OBJETIVO GERAL

Avaliação e monitoramento da qualidade na PSF e reforçar o papel da residência como medida privilegiada para a qualificação dos profissionais de saúde na atenção primária.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Estudar e opinar sobre as vantagens e desvantagens do PSF no sistema de saúde brasileiro; Refletir a visão sobre o Programa de Saúde da Família vem mudando com o passar do tempo, desde crítica a seu caráter focalizado até sua consideração como ação afirmativa; Investigar o perfil de utilização destes serviços pelo conjunto da população cadastrada, prevalecendo a opção por inquéritos de usuários de Unidades de Saúde da Família (USF).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AVALIAÇÃO PARA MELHORIA DA QUALIDADE DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA NO BRASIL: UM ENFOQUE SOBRE SEUS PRESSUPOSTOS BÁSICOS, OPERACIONALIZAÇÃO E VANTAGENS RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO PERÍODO QUE ANTECEDEU O PSF OS PRESSUPOSTOS BÁSICOS DO PSF AS ESTRATÉGIAS PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DO PSF OS DIFERENTES MODELOS DE IMPLANTAÇÃO DO PSF OS FACILITADORES E DIFICULTADORES DA IMPLANTAÇÃO DO PSF VANTAGENS (E DESVANTAGENS) DO PSF CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA E A PROMOÇÃO DE MAIOR EQUIDADE NA POLÍTICA DE SAÚDE UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM REGIÕES METROPOLITANAS: ABORDAGEM METODOLÓGICA

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção Básica. Proposta de estruturação de atenção básica. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2000. _____. Ministério da Saúde. Gestão municipal de saúde: leis, normas e portarias atuais. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2001. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Avaliação para melhoria da qualidade da Estratégia Saúde da Família. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005. STARFIELD, Barbara. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviço e tecnologia. Brasília, DF: Unesco; Ministério da Saúde, 2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, C. et al. A reforma sanitária brasileira: em busca da equidade. Washington, DC: OPS, 1999. (Technical Papers, 17). BRANDÃO, C.R. Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular. São Paulo, Cortez, 1995. p.89. BRASIL Ministério da Saúde. Programa de Saúde da Família. Brasília, COSAC, 1994. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, 1997. SISSON, M. C. Avaliação da implantação do Programa de Saúde da Família no Programa Docente-Assistencial de Florianópolis. 2002. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Preventiva, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Patty F.; GIOVANELLA, Lígia. Avaliação em Atenção Básica à Saúde no Brasil: mapeamento e análise das pesquisas realizadas e/ou financiadas pelo Ministério da Saúde entre os anos de 2000 e 2006. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 1.727-1.742, 2008.

APRESENTAÇÃO

Relações interpessoais, intrapessoais, intragrupais; Indivíduo, pessoa e papéis sociais; ética e bioética; teoria dos papéis de Erving Goffman; teoria dos vínculos de Pichón Riviére; Papéis e representações sociais; Conflito entre papéis profissionais no universo organizacional da saúde; Atores sociais num universo cultural-organizacional de saúde: mitos, símbolos, valores e lógicas na gestão da saúde; Competição, ruídos e comunicação interpessoal; Relações interpessoais e resistências à interdisciplinaridade no mundo da saúde.

OBJETIVO GERAL

- Pesquisar as práticas interativas do trabalho em equipe de Saúde com foco no relacionamento interpessoal dos seus integrantes buscando construir repertórios interpretativos é um desafio considerando as implicações relacionais no contexto do trabalho em saúde que ainda causam estranheza.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre a necessidade de intervenção integrada na assistência à saúde, bem como a forma como está integração se dá na prática das instituições de saúde;
- Colaborar para a compreensão desse jogo de representações que envolvem empresários, colaboradores e clientes inseridos nesse ambiente marcado por conflitos e por busca de harmonias social;
- Compreender os fenômenos que envolvem toda a representação de papéis sociais pode ser uma ferramenta importante para a projeção de uma postura desejável e menos conflituosa no ambiente organizacional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INTRAPESSOAIS RELAÇÕES INTERPESSOAIS PONTOS FORTES NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS OS PONTOS FRACOS NAS RELAÇÕES INTERPESSOAIS A HABILIDADE INTERPESSOAL RELAÇÕES INTRAPESSOAIS HABILIDADE INTRAPESSOAL RELAÇÕES INTERGRUPAIS E INTRAGRUPAIS POR QUE FORMAMOS GRUPOS DESENVOLVIMENTO GRUPAL DESEMPENHO GRUPAL RELAÇÕES INTERGRUPAIS CONFLITO INTERGRUPAL A ADMINISTRAÇÃO DO CONFLITO INTERGRUPAL INDIVÍDUO, PAPÉIS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS INTERAÇÃO SOCIAL A INTERAÇÃO NO TEMPO E NO ESPAÇO GRUPOS SOCIAIS PAPEL E ESTATUTO SOCIAL PAPÉIS SOCIAIS, HARMONIA E CONFLITO NO AMBIENTE EMPRESARIAL: REFLEXÕES SOCIOLOGICAS A PARTIR DA OBRA DE ERVING GOFFMAN APORTE CONCEITUAIS EM TORNO DAS REPRESENTAÇÕES DE PAPÉIS SOCIAIS REPRESENTAÇÕES DE PAPÉIS SOCIAIS NO AMBIENTE EMPRESARIAL TEORIA DOS VÍNCULOS DE PICHÓN RIVIÉRE ÉTICA E BIOÉTICA O QUE É A BIOÉTICA? QUAL A RAZÃO DA EMERGÊNCIA DA BIOÉTICA? DIFERENTES MOMENTOS DA BIOÉTICA RELAÇÕES INTERPESSOAIS E RESISTÊNCIAS À INTERDISCIPLINARIDADE NO MUNDO DA SAÚDE EQUIPES DE SAÚDE: O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR HABILIDADES SOCIAIS E AS COMPETÊNCIAS PARA AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS CONSTRUTIVAS NA FORMAÇÃO DE EQUIPE DE SAÚDE

REFERÊNCIA BÁSICA

AMADO, Giles; GUILLET, Andre. A Dinâmica da Comunicação nos Grupos. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. BAREMBLITT, Gregório. Grupos, Teoria e Técnica. Graal/Ibrapsi: Rio de Janeiro, 1982. MAGALHÃES, L. R. Aprendendo a lidar com gente: relações inter-pessoais no cotidiano. Salvador. Casa da Qualidade EDUFBA. 1999. MOSCOVIZI. Equipes dão certo: a multiplicação do talento humano. 7 ed. José Olympio.2002.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995. GONÇALVES, Ana Maria; PERPETUO, Susan Chiode. Dinâmica de grupos na formação de lideranças. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. MATTA, João Eurico. Dinâmica de Grupo e Desenvolvimento de Organizações. São Paulo: Pioneira, 1995. MOSCOVICI, Fela. Desenvolvimento Interpessoal: treinamento em grupo. 12. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002. PICHON-RIVIÈRE, Enrique. Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes, 1988. SUN-TZU. A arte da guerra: por uma estratégia perfeita. Trad. PUGLIESI, Helisa Sarzana; PUGLIESI. São Paulo: Madras, 2011. TUCKMAN, B. Manual de Investigação em Educação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. VELA, Jesus Andres. Análise e Solução de Problemas Grupais: um caminho metodológico em grupo. São Paulo: Edições Loyola, 1995. ZIMERMAN, David e OSÓRIO, Luis Carlos. Como Trabalhamos com Grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

PERIÓDICOS

BODART, Cristiano das N. Papéis sociais, harmonia e conflito no ambiente empresarial: reflexões sociológicas a partir da obra de Erving Goffman. Revista Foco. 5.ed. Abril de 2012. ISSN 1981-223X. Disponível em: . Acesso em 13 Fev. 2013.

409

Saúde Preventiva e Promoção da Saúde no Trabalho

45

APRESENTAÇÃO

Estratégias de Prevenção à Saúde Específicas de Algumas Áreas; Estratégias relativas à saúde do docente: riscos para os distúrbios vocais; Programas de Promoção à Saúde do Trabalhador; Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ? PPRA; Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção ? PCMAT; Programa de Conservação Auditiva ? PCA; Programa de Proteção Respiratória ? PPR; Programa de Prevenção e Riscos em Prensas e Similares ? PPRPS; Procedimentos e Técnicas de Avaliação da Saúde do Trabalhador; A Participação da Enfermeira do Trabalho No Programa de Conservação Auditiva.

OBJETIVO GERAL

- Promover uma discussão crítico/reflexiva sobre os aspectos que compõe a saúde preventiva no trabalho

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Identificar Estratégias de Prevenção à Saúde do trabalhador;
- Compreender e analisar os riscos e distúrbios ocasionados no trabalho;
- Analisar como a enfermagem está inserida nesse processo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À SAUDE ESPECÍFICAS DE ALGUMAS ÁREAS ESTRATÉGIAS RELATIVAS À SAÚDE DO DOCENTE:RISCOS PARA OS DISTÚRBIOS VOCAIS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO À SAÚDE DO TRABALHADOR PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS – PPRA PROGRAMA DE CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO – PCMAT PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO AUDITIVA – PCA PROGRAMA DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA – PPR PROGRAMA DE PREVENÇÃO E RISCOS EM PRENSAS E SIMILARES - PPRPS PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR A PARTICIPAÇÃO DA ENFERMEIRA DO TRABALHO NO PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO AUDITIVA

REFERÊNCIA BÁSICA

ASSUNÇÃO, A.A. Uma contribuição sobre as relações saúde e trabalho. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.8, n.4, p. 1005-18, 2003. MARTINS, Carolina de Oliveira. Programas de promoção da saúde do trabalhador – PPST. São Paulo: Fontoura, 2008. MORAES, Márcia Vilma G. Enfermagem do Trabalho: programas, procedimentos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Iátria, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Seção RJ. Cartilha do trabalhador de enfermagem: saúde, segurança e boas condições de trabalho. Rio de Janeiro, 2006 BALSAMO, A.C, FELLI, V.E.A. Estudo sobre os acidentes de trabalho com exposição aos líquidos corporais humanos em trabalhadores da saúde de um hospital universitário. RevLatinoamEnferm. 2006; 14(3):346-53. BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Programa Nacional de Hepatites Virais. Avaliação da Assistência às Hepatites Virais no Brasil. Brasília; 2002;1-61. BRASIL. Ministério da Saúde (BR). Programa Nacional DST/ Aids. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional para a Prevenção e o Controle das Hepatites Virais. Departamento de Vigilância Epidemiológica. Secretaria de Vigilância em Saúde. Recomendações para atendimento e acompanhamento de exposição ocupacional a material biológico: HIV e Hepatite B e C. Brasília; 2004

PERIÓDICOS

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos profissionais da área de Farmácia, médicos e enfermeiros.